



ÁREA TEMÁTICA: Classes Desigualdades e Políticas Públicas

Pessoas com deficiências e incapacidades – um inquérito nacional

Casanova, José Luís

Doutor em Sociologia

ISCTE

jose.casanova@iscte.pt

Resumo

Neste texto apresenta-se um conceito de deficiências e incapacidades de acordo com os paradigmas teóricos actuais do Modelo Social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e uma operacionalização desse conceito com base em duas dimensões: as alterações ao nível das funções e as limitações das actividades. Este conceito foi utilizado num inquérito nacional, realizado em duas etapas, com o objectivo de estudar a população com deficiências e incapacidades cujos resultados permitem esboçar uma imagem socialmente crítica desta população.

Palavras-chave: deficiências; incapacidades; desigualdades sociais; exclusão social.





INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas existem desigualdades sistemáticas entre pessoas que têm e que não têm deficiências e incapacidades. Estas desigualdades estão presentes na relação com o trabalho e o tempo livre e de lazer, com a escolaridade e a literacia, com a cidadania e a participação cívica e política, com a habitação, com os transportes, com os serviços públicos, com os cuidados de saúde, com a esperança de vida, etc. E a lista prolonga-se em áreas de carácter mais pessoal, como a constituição de uma família, a afectividade, a sexualidade, a amizade, etc.

O trabalho é uma das áreas mais importantes em que continuam a existir óbvias desigualdades entre indivíduos que têm e que não têm deficiências e incapacidades. O grau e o modo de inserção no mundo do trabalho são dimensões fundamentais da vida social, pois à participação na produção estão associados processos básicos das relações sociais, de desenvolvimento da identidade social, níveis de rendimento, padrões de consumo, reconhecimento social, referenciais de participação cívica e política, etc. E o que se constata é que as pessoas com deficiências e incapacidades continuam a ser discriminadas desde logo no acesso ao trabalho. As taxas de actividade e de emprego nesta população são normalmente inferiores à média nacional, e por diferenças significativas.

Mas mesmo quando trabalham, verifica-se muitas vezes uma sobrerrepresentação destes indivíduos em situações de subemprego, quando os comparamos com os que não têm deficiências nem incapacidades. O subemprego recobre um conjunto de aspectos muito variados. Está patente, por exemplo, quando existe uma sub-utilização de capacidades, mas também quando se observam situações involuntárias de emprego a tempo parcial, quando a situação laboral é percebida pelo próprio como sendo de subemprego, ou quando existe uma sub-utilização de qualificações.

Além das desigualdades no acesso ao trabalho e no subemprego, observa-se ainda uma sobrerrepresentação das pessoas com deficiências e incapacidades em empregos sem remuneração, nos níveis de rendimento e de salário mais baixos, e no trabalho não-qualificado, ou a reprodução de alguns aspectos da condição de exterioridade relativamente ao mercado de trabalho global em situações de emprego protegido (Abbas, 2003; Blanc, 1999; Barton, 1993).

O grau de escolarização é outra dimensão extremamente relevante na vida social actual, constituindo um recurso cultural de amplo espectro com incidência no desenvolvimento da cidadania, da formação cívica, de conhecimentos científicos e técnicos, e de competências sociais e relacionais, que tem, portanto, uma importância fundamental também no mercado de trabalho e na vida profissional. Tal como na área laboral, continuam a observar-se desigualdades entre as pessoas que têm e que não têm deficiências e incapacidades no que diz respeito à escolaridade, estando as primeiras habitualmente subrepresentadas não apenas nos graus de ensino superior mas mesmo ao nível da escolaridade obrigatória.

A participação social e política das pessoas com deficiências e incapacidades, através da utilização de informação, da discussão e da decisão sobre a sociedade em que vivem e sobre os problemas que lhes dizem directamente respeito, continua a ser diminuta, fragmentada, e em geral fixada num papel subordinado ou limitada num ambiente de condescendência e paternalismo (Barton, 1993; Oliver, 1992; Morris, 1991). Este défice de participação tem continuidade na ínfima presença de pessoas com deficiências e incapacidades em posições sociais de topo em termos de decisão e de responsabilidade.

Naturalmente, a população com deficiências e incapacidades não é socialmente homogénea (Capucha, 2005a). As diferenças de origem e de posição sociais destas pessoas e dos seus familiares determinam distintos graus e tipos de discriminação e de vulnerabilidade social (Allen, 2007; Abbas, 2003; Barton, 1993; Abberley, 1987).



O preconceito e a discriminação aumentam, por exemplo, quando as pessoas com deficiências e incapacidades fazem parte do sexo feminino, ou de alguma minoria étnica ou sexual (Barton, 1993; Morris, 1991; Abberley, 1987).

De resto, existe uma associação significativa entre deficiências e incapacidades, por um lado, e classes sociais, por outro lado. As pessoas com deficiências e incapacidades estão, geralmente, sobrerrepresentadas nas classes de menores recursos, em particular nos trabalhadores manuais e nos menos qualificados.

Outra desigualdade particularmente relevante é a que se observa nas condições económicas: quando comparada com a população em geral a população com deficiências e incapacidades vive nitidamente numa condição de privação, que é visível no facto de auferir rendimentos mais baixos, ter menos posses materiais, ter maiores dívidas, etc.

E à existência de deficiências e incapacidades associam-se, normalmente, trajectórias de mobilidade social descendente e de empobrecimento (Allen, 2007; Jenkins, 1991).

A relação das deficiências e incapacidades com a pobreza é, igualmente, um tema recorrente. E trata-se de uma relação biunívoca, o que revela um círculo vicioso de reprodução entre a pobreza e as deficiências e incapacidades. As deficiências e incapacidades são factor de vulnerabilidade social e de empobrecimento, como foi referido, sobretudo devido ao preconceito e à discriminação que geram exclusão social; e a pobreza, meio onde convivem privação económica, défices de informação, condições insalubres de vida quotidiana e de habitação, estilos de vida e padrões de consumo que envolvem comportamentos de risco, ausência de práticas de prevenção, incidência mais significativa e persistente de problemas de saúde, toxicodependência e alcoolismo, fraca incidência de cuidados de saúde, a pobreza, dizia-se, é por si só um factor de produção de deficiências e incapacidades (Capucha, 2005; Barton, 1993; Oliver, 1991).

Apesar de se ter verificado um grande desenvolvimento sobre estes temas em diversos países, o conhecimento disponível sobre as deficiências e incapacidades em Portugal é manifestamente lacunar, de origem fundamentalmente experiencial, assistemático e não estruturado, não integrado e de difícil acesso.

É neste âmbito que se realizou o Inquérito aos Impactos do Sistema de Reabilitação nas Trajectórias Biográficas das Pessoas com Deficiências e Incapacidades enquanto componente do estudo “Modelização das Políticas e das Práticas de Inclusão Social das Pessoas com Deficiências em Portugal” promovido pelo CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia – em parceria com o ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.¹

Os dados que aqui irão ser apresentados fazem parte dos resultados deste inquérito. Mas antes desta apresentação é importante expor, ainda que sinteticamente, o enquadramento teórico-metodológico do estudo, cuja especificidade deve ser relevada.

Deficiências e incapacidades

No estudo que aqui se apresenta foi elaborado um conceito de «deficiência» de acordo com os paradigmas teóricos actuais do Modelo Social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Fala-se não em «deficiência» mas sim em deficiências e incapacidades, e a operacionalização do conceito envolve a diferenciação analítica de duas dimensões: alterações ao nível das funções (deficiências) e as limitações das actividades (incapacidades).

Assim, a proposta de perfil de pessoa com deficiências e incapacidades baseia-se na observação de uma relação directa entre a existência de uma alteração ao nível das funções do corpo e a verificação de incapacidades na actividade. Trata-se, portanto, de sublinhar a importância de ter em conta não apenas as



alterações nas funções do corpo mas também as limitações das actividades decorrentes da interacção entre as características biopsicossociais do indivíduo e o meio em que o indivíduo se move, onde se incluem tanto as estruturas físicas (o *design* dos edifícios, sistemas de transporte, etc.) como as construções sociais e crenças que estão na base dos processos de discriminação.

Uma definição mais operativa do conceito exigiu ainda tomar em consideração as questões dos graus de incapacidade, da superação da incapacidade pela utilização de equipamentos de ajuda e da duração da deficiência.

Em consonância com o Modelo Social e a CIF, considerou-se relevante abranger no perfil os indivíduos que afirmam não conseguir efectuar ou só conseguirem efectuar com muita dificuldade as actividades quotidianas, as pessoas cuja incapacidade não fique solucionada com a utilização de uma ajuda técnica, e as que têm alterações permanentes nas funções do corpo.

Chegou-se, deste modo, à seguinte definição de pessoa com deficiências e incapacidades:

“Pessoa com experiência de incapacidades significativas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social, que não ficam solucionadas com a utilização de uma ajuda técnica, à qual está associada uma ou mais alterações permanentes nas funções do corpo.”

O estudo em que se baseia esta apresentação tinha dois objectivos fundamentais: caracterizar a população com deficiências e incapacidades em Portugal, e analisar as relações entre as trajectórias de vida destas pessoas e o sistema de reabilitação.

Para este efeito recorreu-se ao método extensivo e à recolha de informação através de um inquérito nacional.

ESTRATÉGIA DO INQUÉRITO

Dado que não se dispunha de nenhuma forma de identificar à partida os sujeitos com deficiências e incapacidades assim definidos, e que os dados existentes com base noutros conceitos apontam para percentagens de pessoas com deficiências que variam entre os 6,13% (Censos 2001) e os 9,16% (INIDD) do total da população, para garantir um número de questionários válidos passível de tratamento estatístico no que se refere ao segundo objectivo do estudo, optou-se pela realização de duas etapas de trabalho de campo distintas, o que implicou a aplicação de dois questionários.²

Na primeira etapa realizou-se um inquérito com vista à delimitação e caracterização das pessoas com deficiências e incapacidades em Portugal. Foi construído, para o efeito, um guião de questionário que, além dos indicadores de caracterização social do inquirido, integrou dois blocos de questões cujas respostas permitiram identificar as pessoas com deficiências e incapacidades: um bloco de identificação das limitações das actividades e um bloco de identificação das alterações ao nível das funções. Com estes dois conjuntos de questões caracterizaram-se os inquiridos, por um lado, ao nível das incapacidades que estes poderão demonstrar na realização de um vasto conjunto de actividades relacionadas com a vida quotidiana e, por outro lado, no plano das alterações que estes possam apresentar ao nível das funções do corpo.

Tendo em atenção a definição apresentada considerou-se ainda como variáveis determinantes para a definição do perfil de pessoas com deficiências e incapacidades a utilização de equipamentos de ajuda e a duração da deficiência.



O universo visado neste inquérito é a população residente em Portugal Continental com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos. O intervalo etário corresponde ao do Inquérito Nacional à Saúde (INS IV) (inquérito de onde inicialmente se tinha previsto retirar a amostra para a aplicação desse questionário). Além disto, considerou-se que era a partir dos 18 anos que os indivíduos, devido ao seu percurso pessoal, já teriam uma experiência significativa na frequência de acções de reabilitação, e que a inclusão das pessoas mais idosas na amostra iria sobrecarregar a sua representação sem efeitos pertinentes para a análise das relações com o sistema de reabilitação, já que as gerações mais velhas não usufruíram do essencial deste sistema que só se desenvolve a partir de 1974.

Este primeiro inquérito foi realizado a uma amostra representativa de 15005 inquiridos, com uma margem de erro estimada de 0,8, e uma margem de confiança de 95,5%.³

Os resultados desta recolha de informação permitiram identificar 1235 pessoas com deficiências e incapacidades na amostra, e foi a este conjunto de 1235 portugueses que foi aplicado, numa etapa seguinte, o segundo questionário que permitiu analisar as relações entre trajectórias de vida e o sistema de reabilitação.

Ambos questionários foram aplicados de forma directa e pessoal. Nos casos em que o entrevistado não possuía capacidade física ou mental para responder, foi substituído ou apoiado por um familiar ou outra pessoa próxima.

A recolha de informação, da primeira parte do inquérito teve início no dia 05 de Fevereiro e terminou no dia 3 de Maio de 2007, o trabalho de campo da segunda parte decorreu entre Maio de 2007 e Julho de 2007.

Os resultados do primeiro inquérito permitiram identificar as pessoas com deficiências e incapacidades na amostra de acordo com o conceito desenvolvido, caracterizá-las social e culturalmente, e comparar as suas características sociais e culturais com as da população em geral, e são estes resultados que passamos a apresentar.

Caracterização social e cultural das pessoas com deficiências e incapacidades em Portugal

Como já foi referido, encontrámos 1235 pessoas com deficiências e incapacidades na amostra nacional, o que significa que esta população representa 8,2% do universo inquirido.

O primeiro indicador relevante na caracterização social desta população é o peso percentual do sexo feminino. A proporção de mulheres (67,9%) é mais do dobro da proporção de homens (32,1%), e o conjunto das pessoas com deficiências e incapacidades (PCDI nas tabelas) apresenta uma taxa de feminização bastante superior à da população equivalente no Continente (onde existem cerca de 52% de mulheres e 48% de homens).

Quadro 1. Sexo

	Pop. Continente		PCDI ⁴	
	N	%	N	%
Masculino	7232	48,2	397	32,1
Feminino	7773	51,8	838	67,9
Total	15005	100	1235	100



Na distribuição etária também se encontram resultados muito expressivos. A percentagem de pessoas com deficiências e incapacidades cresce de modo notório dos mais jovens para os que têm mais idade, atingindo o máximo no escalão dos que têm entre 65 e 70 anos (41%), como se pode ver no Quadro 2. Registe-se que os que têm idades entre 50 e 70 anos correspondem a 78,6% do total.

Esta população é, ainda, claramente mais idosa do que a do Continente: a média de idades é de 58 anos no primeiro caso e de 44 no segundo.

E como é possível constatar no Quadro 2 as duas populações têm, também, uma distribuição etária significativamente diferente, contrastando o já referido crescimento exponencial nas pessoas com deficiências e incapacidades com uma distribuição aproximada à curva de Gauss dos residentes no Continente.

A sobrerepresentação dos mais idosos e do sexo feminino constituem, portanto, traços sociodemográficos característicos das pessoas com deficiências e incapacidades por relação à população nacional.

Quadro 2. Escalões etários (%)

	Pop.	PCDI
	Continente	
18 - 24	11,8	1,2
25 - 49	48,6	20,2
50 - 64	26,1	37,6
65 - 70	13,5	41,0
Total	100	100

No que se refere à situação conjugal, as distinções entre a população com deficiências e incapacidades e a população em geral, apesar de existirem, não são tão acentuadas como nos casos do sexo e da idade. Predominam nos dois casos os casados com registo (61,9 e 59,9%, respectivamente) e este valor é mesmo ligeiramente superior entre os primeiros. Estes dados revelam que a população com deficiências e incapacidades não se destaca do padrão nacional neste âmbito.

As grandes diferenças residem principalmente na maior proporção de indivíduos viúvos e na menor proporção de solteiros nas pessoas com deficiências e incapacidades. Tal deve-se ao facto desta população ser bastante mais idosa do que a população do Continente, e de existirem mais mulheres, que tendencialmente experienciam menos segundos casamentos e têm uma esperança de vida superior à dos homens. Como se pode observar no quadro seguinte, existe uma maior proporção de viúvas e, em contrapartida, uma maior proporção de homens solteiros e casados.



Quadro 3. Sexo e estado civil na PCDI e população do Continente (%)

	Pop. Continente			PCDI		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Casado com registo	60,4	59,4	59,9	66,5	59,7	61,9
Casado sem registo	5,0	4,5	4,8	2,5	2,0	2,2
Solteiro	24,2	18,8	21,4	16,9	8,5	11,2
Viúvo	5,5	9,9	7,8	9,6	24,2	19,5
Separado/Divorciado	4,9	7,4	6,2	4,5	5,6	5,3
Total	100	100	100	100	100	100

Os indivíduos com deficiências e incapacidades vivem maioritariamente em agregados de famílias simples (68,3%), nas quais prevalecem o casal sem filhos e sem outras pessoas. Dentro das famílias simples, apenas 35,6% são compostas por casal com filhos, o que ficará a dever-se em boa medida ao facto de uma grande parte desta população ser idosa, sendo de esperar que os filhos já tenham saído de casa dos pais, constituindo a sua própria família.

Quadro 4. Composição do agregado doméstico na PCDI

	N	%
Famílias com 1 só pessoa	240	19,4
Várias pessoas sem estrutura conjugal ou parental	26	2,1
Agregados de famílias simples	843	68,3
Agregados de famílias alargadas	49	4,0
Agregados de famílias múltiplas	75	6,1
Total	1233	100

A população mais idosa contribui igualmente para o peso das famílias com uma só pessoa (19,4%), verificando-se que cerca de 66% dos indivíduos que moram sozinhos são viúvos. Estas pessoas com deficiências e incapacidades, em proporção significativa, encontram-se numa situação particularmente frágil, pois não dispõem de apoio familiar directo.

Quadro 5. Nível de ensino atingido na PCDI e população do Continente⁵

	Pop. Continente		PCDI	
	N	%	N	%
Não sei ler nem escrever ou Sei ler e escrever, mas não frequentei a escola	476	3,2	258	20,9
Básico - 1º ciclo	4846	32,3	699	56,6
Básico - 2º ciclo	2293	15,3	132	10,7
Básico - 3º ciclo	3013	20,1	80	6,5
Ensino secundário	2811	18,7	42	3,4
Curso Médio/Superior	1565	10,4	24	1,9
NS/NR	1	0,0	-	-
Total	15005	100	1235	100

No que diz respeito à escolaridade constata-se que 20,9% não sabe ler nem escrever ou, sabendo, não frequentou a escola (na população do Continente são apenas 3,2%), enquanto os que prosseguiram os estudos além do ensino básico são apenas 5,3% (contra 29,1% no país) e os que detêm um diploma de ensino médio ou superior são somente 1,9% (quando a percentagem nacional é de 10,4%).

Verifica-se, ainda, que a taxa de analfabetismo nos inquiridos com deficiências e incapacidades é nove vezes maior do que na população do Continente.

Como em Portugal a escolaridade das mulheres mais idosas é inferior à dos homens, existe uma influência global da idade e do sexo nesta desigualdade.

QUADRO 6. ESCALÕES ETÁRIOS E NÍVEL DE ENSINO NA PCDI E NA POPULAÇÃO DO CONTINENTE (%)

	18 aos 29 anos		30 aos 39 anos		40 aos 49 anos		50 aos 59 anos		60 aos 70 anos	
	Pop. Cont.	PCDI (N=30)	Pop. Cont.	PCDI (N=76)	Pop. Cont.	PCDI (N=157)	Pop. Cont.	PCDI (N=252)	Pop. Cont.	PCDI (N=720)
Sem nível de ensino	0,2	3,3	0,5	9,2	0,8	8,3	1,7	9,9	11,6	29,4
1º Ciclo	3,2	6,7	10,2	28,9	27,7	53,5	57,2	61,9	65,0	60,4
2º Ciclo	7,9	6,7	20,2	19,7	24,0	21,0	15,9	17,5	10,3	5,3
3º Ciclo	28,4	33,3	28,5	23,7	23,3	8,3	13,6	6,7	6,7	3,1
Ensino Secundário	39,1	26,7	26,0	14,5	16,9	7,0	6,6	2,0	3,4	1,0
Ensino Superior	21,1	23,3	14,7	3,9	7,3	1,9	5,0	2,0	3,0	0,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A análise do Quadro 6, permite, contudo, constatar que a população com deficiências e incapacidades regista em todos os grupos etários proporções mais altas nas escolaridades mais baixas e, em contrapartida, valores mais baixos nos níveis de ensino mais elevados.⁶ Conclui-se, portanto, que a



população com deficiências e incapacidades tem qualificações escolares caracteristicamente mais baixas do que a média nacional.

Excluindo da análise a população que ainda poderá estar a estudar, e considerando apenas os indivíduos com mais de vinte cinco anos (evitando deste modo um eventual efeito de enviezamento com o aumento dos níveis de ensino mais baixos e, conseqüentemente, diminuição dos níveis mais elevados), verifica-se que as tendências anteriormente registadas se mantêm.

Quadro 7. Nível de ensino atingido na PCDI e na população do Continente - idades entre os 25 e os 70

	Pop. Continente		PCDI	
	N	%	N	%
Não sei ler nem escrever ou Sei ler e escrever, mas não frequentei a escola	472	3,6	257	21,1
Básico - 1º ciclo	4802	36,3	699	57,2
Básico - 2º ciclo	2171	16,4	130	10,6
Básico - 3º ciclo	2508	18,9	75	6,1
Ensino secundário	2061	15,6	39	3,2
Curso Médio/Superior	1222	9,3	21	1,7
Total	13236	100	1221	100

Como se verifica no Quadro 8, o valor da taxa de actividade entre as pessoas com deficiências e incapacidades (com idades entre 18 e 65 anos) é menos de metade do valor no universo de referência.⁷ A isto acresce uma taxa de desemprego duas vezes e meia superior, e uma taxa de emprego inferior a metade da taxa no país.

Quadro 8. Actividade económica, desemprego e emprego na PCDI e na população do Continente

	População do Continente (18-65 anos)	PCDI (18-65 anos)	PCDI (18-35 anos)
Taxa de actividade	100	49	74
Taxa de desemprego	100	246	217
Taxa de emprego	100	40	64

Mesmo entre as gerações mais novas (com idades entre 18 e 35 anos) mantém-se a condição desfavorável comparativamente à média nacional, ainda que num regime menos acentuado.

Estes dados configuram uma situação de marcada exclusão das pessoas com deficiências e incapacidades na esfera do trabalho.

Aos inquiridos com deficiências e incapacidades que trabalham (ou que alguma vez trabalharam) foi pedido que indicassem qual a actual/última profissão e situação na profissão.



Quadro 9. Grupo profissional na PCDI e na população do Continente

	Pop. Continente		PCDI	
	N	%	N	%
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes	436	3,3	20	2,0
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	435	3,3	8	0,8
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	731	5,5	15	1,5
Pessoal administrativo e similares	1183	8,9	31	3,1
Pessoal dos serviços e vendedores	3739	28,2	166	16,5
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pecuária	689	5,2	165	16,4
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	3385	25,5	328	32,6
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	680	5,1	27	2,7
Trabalhadores Não Qualificados	1955	14,7	242	24,1
NS/NR	47	0,4	3	0,3
Total	13280	100	1005	100

No que diz respeito à profissão, as diferenças relativas à composição nacional são notórias. Na população com deficiências e incapacidades registam-se valores percentuais muito superiores dos “Operários, artífices e trabalhadores similares” (32,6%), e dos “Trabalhadores não qualificados” (24,1%), que no conjunto representam mais de metade dos que têm (ou tiveram) experiência de trabalho.

Salienta-se, igualmente, a elevada proporção de trabalhadores agrícolas existente entre as pessoas com deficiências e incapacidades por comparação com a média no país.

As profissões intelectuais e científicas, os técnicos e profissionais intermédios, e o pessoal administrativo e similares registam valores consideravelmente inferiores no conjunto da população com deficiências e incapacidades, e na comparação com a população do Continente.

A partir da profissão e da situação na profissão pode determinar-se a categoria socioprofissional, que representa um indicador fundamental na caracterização em termos de classe social (Machado et al., 2003).

No Quadro 10 encontra-se a distribuição por categoria socioprofissional dos inquiridos com deficiências e incapacidades, bem como das suas famílias de origem e actual.⁸

Na classificação socioprofissional dos inquiridos (coluna do meio) sobressaem os que são (ou foram) operários ou assalariados agrícolas (46,3%), a que se seguem os empregados executantes (36,2%). A modalidade seguinte ainda com significado estatístico é a dos trabalhadores independentes (13%).

As restantes categorias socioprofissionais apresentam valores residuais.



Quadro 10. Categoria socioprofissional do próprio, e dos agregados actual e de origem na PCDI

		CSP do agregado de origem	CSP do próprio	CSP do agregado actual
Empresários, Dirigentes e Liberais	N	19	24	32
	% coluna	2,0	2,4	3,2
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	N	22	20	36
	% coluna	2,3	2,0	3,6
Trabalhadores Independentes	N	275	129	165
	% coluna	29,1	13,0	16,7
Empregados Executantes	N	143	359	409
	% coluna	15,1	36,2	41,3
Operários e Assalariados Agrícolas	N	485	459	348
	% coluna	51,4	46,3	35,2

Tomando como referencial a informação disponível sobre categorias socioprofissionais na população portuguesa, observa-se uma sobre-representação dos operários e assalariados agrícolas, e dos empregados executantes, e uma sub-representação dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, dos profissionais técnicos e de enquadramento, e dos trabalhadores independentes nas pessoas com deficiências e incapacidades.⁹ Ou seja, estas sobressaem nas classes sociais de menores recursos e têm menos presença relativa nas classes com maiores recursos.

Se compararmos agora os resultados relativos aos inquiridos com os das categorias socioprofissionais do agregado familiar actual e de origem, apesar das diferenças percentuais não serem acentuadas, é possível vislumbrar especificidades nas três estruturas descritas. As categorias socioprofissionais das pessoas com deficiências e incapacidades (no Quadro 10) estão concentradas nas modalidades de menores recursos, como foi referido: cerca de 83% são operários, assalariados agrícolas ou empregados executantes. Esta concentração na base da estrutura socioprofissional é mais atenuada no caso do agregado actual, e no agregado de origem, cujos valores equivalentes respectivos são 77% e 67%.

Quando se analisa a distribuição nas categorias com maiores recursos o cenário é semelhante: a proporção dos inquiridos com deficiências e incapacidades é aqui sempre inferior à proporção que se verifica nos seus agregados actuais, e apenas revela um valor ligeiramente superior entre os empresários, dirigentes e liberais quando comparada com a dos agregados de origem.

Conclui-se, portanto, que as pessoas com deficiências e incapacidades se inserem, em geral, em posições socioprofissionais de menores recursos por relação às posições globais quer da sua família actual, quer da sua família de origem.

Numa comparação directa entre as estruturas dos agregados actual e de origem, verificam-se mudanças conhecidas entre gerações na sociedade portuguesa como um todo, observando-se um decréscimo do operariado e dos trabalhadores independentes, e um crescimento dos empregados executantes, dos profissionais técnicos e de enquadramento, e dos empresários, dirigentes e profissionais liberais; mas a estrutura socioprofissional das pessoas com deficiências e incapacidades não acompanha em geral estas transformações, e quando as acompanha, não é na mesma medida.

Para aprofundar a análise acerca do que se passou no âmbito socioprofissional entre a família de origem e os inquiridos com deficiências e incapacidades, realizou-se uma análise conjunta dos respectivos indicadores (Quadro 11). Este quadro exhibe trajectórias e fluxos de mobilidade socioprofissionais entre as gerações dos inquiridos e dos seus pais.

A análise das percentagens em coluna revela o peso diferencial das categorias socioprofissionais dos pais em cada categoria dos inquiridos. Verifica-se que os inquiridos que são operários e assalariados



agrícolas, ou empregados executantes, provêm sobretudo de agregados com a mesma posição socioprofissional (62% e 49%, respectivamente), a que se seguem os pais trabalhadores independentes (23% e 26%).

Os inquiridos que são trabalhadores independentes têm origens sociais sobretudo nessa mesma categoria (57%), seguida pela dos operários e assalariados agrícolas (33%).

Quadro 11. Categoria socioprofissional do próprio e do agregado doméstico de origem na PCDI

Categoria socioprofissional do agregado de origem		Categoria socioprofissional do inquirido				
		EDL	PTE	TI	EE	OAA
Empresários, Dirigentes e Liberais (EDL)	% linha	0,0	31,6	5,3	42,1	21,1
	% coluna	0,0	30,0	0,8	2,4	0,9
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	% linha	4,5	13,6	4,5	50,0	27,3
	% coluna	4,3	15,0	0,8	3,3	1,4
Trabalhadores Independentes (TI)	% linha	5,5	1,1	25,1	31,6	36,7
	% coluna	65,2	15,0	56,6	25,7	22,9
Empregados Executantes (EE)	% linha	1,4	4,2	7,7	46,9	39,
	% coluna	8,7	30,0	9,0	19,8	12,9
Operários e Assalariados Agrícolas (OAA)	% linha	1,0	0,4	8,2	34,0	56,3
	% coluna	21,7	10,0	32,8	48,8	61,9

Estes dados evidenciam, em geral, trajetórias de reprodução nas categorias socioprofissionais de menores recursos.

Os inquiridos que são profissionais técnicos e de enquadramento, ou empresários, dirigentes e profissionais liberais, têm, em alguns casos, origens em categorias com menores recursos, o que aponta para alguns trajectos intergeracionais de mobilidade social ascendente, mas os valores absolutos dos totais envolvidos na análise são reduzidos, não permitindo portanto garantir uma inferência estatística válida.

Outra forma de analisar este quadro é aquela em que se privilegia uma leitura das percentagens em linha, que devolve o modo como se distribuem as categorias socioprofissionais dos inquiridos em cada categoria do agregado de origem. Consta-se que nos pais operários e assalariados agrícolas, ou empregados executantes, se encontram sobretudo inquiridos com a mesma situação socioprofissional (56% e 47%, respectivamente) e que entre os agregados de origem de trabalhadores independentes, a maioria dos inquiridos são ou operários ou empregados executantes (37% e 32%, respectivamente).

Estes fluxos apontam para processos de reprodução entre categorias com baixos recursos e trajectos de mobilidade descendente entre a geração dos pais e a dos inquiridos.

Nos pais empresários, dirigentes e profissionais liberais, ou profissionais técnicos e de enquadramento, a posição socioprofissional dos inquiridos com maior peso é a dos empregados executantes, sugerindo trajectos de mobilidade descendente; mas, como já foi referido, os totais envolvidos são diminutos, não sendo portanto possível extrapolar estes resultados.

No seu conjunto, estes dados confirmam a apreciação da comparação anterior entre as estruturas socioprofissionais do inquirido e dos agregados actual e de origem, e tornam evidente uma significativa reprodução intergeracional da situação socioprofissional nas classes sociais com menores recursos e trajetórias descendentes entre categorias de recursos intermédios e categorias de baixos recursos.



As deficiências e incapacidades apresentam-se, pois, como factor de reprodução em condições sociais desfavoráveis e de mobilidade social descendente na sociedade portuguesa.

Outro indicador relevante das condições sociais de vida é o do rendimento. O Quadro 12 contém dados sobre o rendimento líquido mensal do agregado das pessoas com deficiências e incapacidades inquiridas e revela uma situação de grande precariedade económica: cerca de 28% dos agregados dispõem, no máximo, de 403 euros (valor equivalente ao salário mínimo nacional) e quase metade (49,3%) recebem até 600 euros mensais para as suas despesas. Como a média do número de indivíduos por agregado é de 2,4 nesta população, o grau de precariedade económica é ainda mais expressivo.

Quadro 12. Rendimento líquido mensal do agregado na PCDI

	%
Até 403 euros	27,6
De 404 euros a 600 euros	21,7
De 601 euros a 800 euros	14,2
De 801 a 1000	7,9
De 1001 a 1200	4,6
De 1201 a 1600	2,4
De 1601 ou mais	1,1
Não sabe/Não responde	20,6
Total	100

Se tomarmos como referencial o facto de em Portugal no ano de 2007 o limiar da pobreza corresponder ao rendimento por adulto equivalente de 360 euros (INE, 2007), é muito provável que uma parte significativa desta população se encontre abaixo desse limiar. De resto, as pessoas com deficiências e incapacidades são consideradas como particularmente vulneráveis à pobreza, e uma proporção importante desta população integra uma das categorias típicas de pobres (Capucha, 2005).

Depois de terem sido analisados alguns dos dados mais importantes de caracterização social e económica, apresentam-se de seguida resultados relativos a aspectos culturais, que permitem avaliar o grau de inconformidade com a desigualdade e de proactividade desta população (Casanova, 2004).

Na orientação relativa à desigualdade verifica-se que os inquiridos com deficiências e incapacidades exibem maior inconformidade (55,5%) do que conformidade (44,3%) com as desigualdades sociais. Todavia, essa inconformidade é menos expressiva do que aquela que é visível na amostra da população do Continente (71,4%).

Quadro 13. Orientação relativa à desigualdade social na PCDI e na População do Continente

		Pop. Continente	PCDI
É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas	N	10720	686
	% coluna	71,4	55,5
É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, e as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis	N	4284	547
	% coluna	28,6	44,3
Não sabe/Não responde	N	1	2
	% coluna	0,0	0,2



No que respeita à orientação da acção, verifica-se que os inquiridos são maioritariamente proactivos, ou seja, acreditam maioritariamente na ideia de que a posição na sociedade depende sobretudo de se ter objectivos na vida e do esforço que se desenvolve para atingir esses objectivos (56,8%), e não tanto de factores que não podem ser controlados pelos indivíduos.

Quadro 14. Orientação da acção na PCDI e na População do Continente

		Pop. Continente	PCDI
A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objectivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir	N	10848	701
	% coluna	72,3	56,8
Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar	N	4153	532
	% coluna	27,7	43,1
Não sabe/Não responde	N	4	2
	% coluna	0,0	0,2

Também aqui, contudo, o peso da proactividade é inferior ao que se verificou na população em geral (72,3%).

A inconformidade com a desigualdade social e a proactividade são, portanto, maioritárias entre as pessoas com deficiências e incapacidades, mas estas maiorias não são muito significativas e são claramente inferiores às encontradas na população portuguesa. A análise conjunta da orientação relativa à desigualdade e da orientação da acção permite classificar os inquiridos em termos de orientação social (Casanova, 2004).¹⁰

A orientação social predominante entre os inquiridos com deficiências e incapacidades é a da autonomia, a que se seguem as orientações da heteronomia, da independência, e da resistência. A orientação da exclusão tem um valor claramente residual. Apesar de ser a orientação com uma percentagem mais elevada (39,1%), importa verificar que a autonomia não é maioritária nestes inquiridos, ao contrário do que acontece com a população em geral.

Quadro 15. Orientação social na PCDI e na População do Continente

		Pop. Continente	PCDI
Orientação da autonomia	N	8602	483
	% coluna	57,3	39,1
Orientação da independência	N	2246	217
	% coluna	15,0	17,6
Orientação da resistência	N	2116	202
	% coluna	14,1	16,4
Orientação da heteronomia	N	203	330
	% coluna	13,6	26,7
Orientação da exclusão	N	4	3
	% coluna	0,0	0,2



Em comparação com a amostra da população do Continente, nota-se ainda que a orientação da autonomia entre as pessoas com deficiências e incapacidades tem um peso relativo inferior, sendo esse peso sempre superior nas restantes modalidades.

No global, estes resultados evidenciam traços socioculturais na população com deficiências e incapacidades que se caracterizam pela rejeição do fatalismo, da resignação, e da exclusão, e indicam, portanto, uma estrutura de suporte de atitudes e acções individuais e colectivas na melhoria das suas condições de vida.

Síntese final

Neste estudo desenvolveu-se um conceito actualizado para abordar o que tradicionalmente é designado como “deficiência”. Este conceito foi construído tendo como referenciais o Modelo Social e a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), com o intuito de se produzir um enquadramento teórico-metodológico que esteja de acordo com as abordagens internacionais mais actuais nesta área em termos científicos e institucionais.

Com base neste conceito, os resultados apresentados permitem esboçar uma imagem socialmente crítica da população com deficiências e incapacidades em Portugal Continental, imagem esta, de resto, muito semelhante à que se obteve noutros estudos em diversos países.

Trata-se de um universo que envolve 8,2% da população em geral, predominantemente feminino, adulto e idoso, com níveis de qualificação escolar muito baixos – significativamente mais baixos do que os da média nacional – globalmente excluído do mundo do trabalho, em que os poucos que tiveram experiências de trabalho denotam inserções profissionais nas posições menos qualificadas, que protagonizam trajectórias intergeracionais de reprodução nas classes sociais de menores recursos ou percursos de mobilidade descendente, e que estão integrados em contextos familiares com rendimentos que se concentram na proximidade do salário mínimo nacional.

A partir deste perfil social global pode dizer-se que no quadro em que vive esta população se sobrepõem vários tipos de desigualdades sociais, como as que se referem ao acesso ao trabalho, à qualificação profissional, e à escolarização, bem como a desigualdade de rendimentos, e as desigualdades associadas às diferenças de género e de idade. Estas desigualdades indiciam a existência de preconceito e de discriminação na sociedade portuguesa relativamente às pessoas com deficiências e incapacidades, e esta conjugação de situações socialmente desfavorecidas constitui um factor poderosíssimo de exclusão social.

Apesar desta condição geral desfavorecida e, muitas vezes, de pobreza, a maioria destas pessoas afirma inconformidade com a desigualdade social e uma orientação próactiva na sua vida social, ainda que em graus inferiores à população portuguesa como um todo.



Referências bibliográficas

Abbas, J. (2003), *Disability and the Dimensions of Work*, Toronto, University of Toronto (thesis for the degree of Master of Arts).

Abberley, P. (1987), "The concept of oppression and the development of a social theory of disability", *Disability, Handicap and Society*, vol. 2, nº 1.

Allen, C. (2007), "Bourdieu's habitus, social class and the spatial worlds of visually impaired children", *Urban Studies*, vol. 41, nº 3.

Barton, L. (1993), "The struggle for citizenship: the case of disabled people", *Disability, Handicap and Society*, vol. 8, nº 3.

Blanc, A. (1999), *Les Handicapés au Travail*, Paris, Dunod.

Capucha, L., e Miguel Cabrita (coord.) (2004), *Os Impactes do Fundo Social Europeu na Reabilitação Profissional de Pessoas com Deficiência*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE) – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) (policopiado).

Capucha, L. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

Capucha, L. (2005a) (coord.), *Estudo de Avaliação da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais na Área da Reabilitação das Pessoas com Deficiências*, Lisboa, CIES-IESE, DGEEP-MTS (policopiado).

Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000). "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34, pp.9 – 46.

Instituto Nacional de Estatística, *Resultados Preliminares dos Censos de 2001*.

Jenkins, R. (1991), "Disability and social stratification", *British Journal of Sociology*, vol. 42, nº 42.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003). "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Críticas de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.



Morris, J. (1991), *Pride Against Prejudice: Transforming Attitudes to Disability*, London, The Women's Press.

Oliver, M. (1992), "Changing the social relations of research production?", *Disability, Handicap and Society*, vol. 7, nº 2.

Oliver, M. (1991), "Disability and participation in the labour market" em P. Brown e R. Case (eds.) *Poor Work: Disadvantage and the Division of Labour*, Buckingham, Open University Press.

¹ Os resultados deste estudo encontram-se em três relatórios já disponíveis, que têm os títulos seguintes: *Mais Qualidade de Vida para as Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Uma Estratégia para Portugal*, Gaia, CRPG, 2007, *Caracterização das Pessoas com Deficiências e Incapacidades em Portugal*, Gaia, CRPG, 2008, e *O Sistema de Reabilitação e as Trajectórias de Vida das Pessoas com Deficiências e Incapacidades em Portugal*, Gaia, CRPG, 2008.

² O valor apresentado pelo INIDD encontra-se bastante mais próximo do valor apurado em estudos realizados noutros países da União Europeia e dos valores estimados a nível internacional para a população com alterações.

³ A amostra foi estratificada por NUT's III, com selecção aleatória sistemática e polietápica do local de residência e do inquirido. Foi estabelecida uma quota de homens e mulheres, igual à da distribuição da população, em cada NUT III, segundo dados do INE (Censo de 2001). Este sistema de selecção aleatória da amostra garantiu simultaneamente a representação proporcional das características existentes no universo e a possibilidade de realizar a inferência estatística.

⁴ Pessoas com deficiências e incapacidades encontradas na amostra nacional.

⁵ O nível de ensino atingido inclui os casos de indivíduos que tenham concluído o grau, os que não o completaram e os que frequentam esse grau.

⁶ A excepção regista-se ao nível do grupo etário dos 18 aos 29 anos, em que a frequência do Ensino Superior é mais elevada do que na população do Continente. No entanto, salienta-se que este grupo etário reporta-se a trinta indivíduos e que no ensino superior se encontram apenas 7 indivíduos.

⁷ Os valores no quadro representam rácios que têm como referência a população do Continente (que assume, portanto, o valor 100).

⁸ EDL: empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE: profissionais técnicos e de enquadramento; TI: trabalhadores independentes; EE: empregados executantes; OAA: operários e assalariados agrícolas.

⁹ Alguns dos resultados apresentados sobre as pessoas com deficiências e incapacidades têm origem no segundo inquérito realizado e não no primeiro, não podendo, portanto, ser comparados directamente com os da amostra nacional em geral. Nestes casos recorre-se, sempre que possível, a informação secundária suplementar sobre a sociedade portuguesa. Aqui, os dados relativos à população portuguesa são os seguintes: EDL: 11,5%; PTE: 14,6%; TI: 18,0%; EE: 28,1%; OAA: 27,8% (Costa et al., 2000).

¹⁰ Os conteúdos das orientações sociais assim definidas são os seguintes: autonomia: igualitários próactivos; independência: não-igualitários próactivos; resistência: igualitários não-próactivos; heteronomia: não igualitários não-próactivos; exclusão: inclui os que não responderam às perguntas.